

OS PATOS “QUASE” PÓS-MODERNOS DE JOÃO MELO

LUCIANO NOGUEIRA¹

RESUMO: Este ensaio objetiva analisar a narrativa “O pato revolucionário e o pato contra-revolucionário”, da coletânea de contos *O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida*: 18 histórias quase pós-modernas (2006), do angolano João Melo. Uma vez que a palavra “quase” não autentica (nem desautoriza) o pós-moderno da literatura angolana, parece razoável verificar os pontos de contato entre o trabalho de João Melo e abordagens teóricas que levem em consideração, por exemplo, o tempo histórico, sem subscrever o historicismo; ou que compreendam hibridações culturais sem condescender ao relativismo cultural.

Palavras-chave: Literatura angolana, Moderno, Pós-moderno.

JOÃO MELO'S “ALMOST” POST-MODERN DUCKS

ABSTRACT: This essay aims to analyze the narrative “O pato revolucionário e o pato contra-revolucionário”, from the collection of short stories *O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida*: 18 stories almost post-modern (2006), by the Angolan João Melo. Since the word “almost” neither allows the post-modern of the Angolan literature nor denies it, it seems reasonable to verify the connections between João Melo’s work and theoretical approaches which take into consideration the historical time, without subscribing the historicism; or that consider the cultural hybridizations, without condescending the cultural relativism.

Keywords: Angolan literature, Modern, Post-modern.

Quando se fala de África, segundo Laura Cavalcante Padilha (2002), no texto “Literaturas africanas e pós-modernismo: uma indagação”, não se pode esquecer do fenômeno da descolonização, quase sempre caracterizado pela violência que atestam as guerras de libertação. A autora brasileira ressalta que, nos anos 1960, no momento histórico da criação de uma “rede pós-modernista” (p. 320), países africanos de língua oficial portuguesa, como Angola, Guiné Bissau e Moçambique, marcados pela consciência do atraso e do subdesenvolvimento, ainda lutavam pela sua libertação política, tentando constituir-se em nações. A independência desses países, incluindo-se Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, só aconteceu, em sua maioria, em 1975. Diante disso, Laura Padilha levanta o problema, aqui parafraseado: seria possível falar em experiência

¹ Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus/BA) e membro do grupo de pesquisa LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA: ENCRUZILHADAS EPISTEMOLÓGICAS, pela mesma instituição. BA, Brasil. mm1972ba@hotmail.com

pós-moderna numa sociedade periférica e dependente, que não participou da modernidade social, histórica e culturalmente? De certa forma, esse problema também é sugerido pelo escritor angolano João Melo² (2006), no subtítulo do seu livro de contos *O dia em que a Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida: 18 estórias quase pós-modernas* (grifo nosso).

O problema torna-se mais complexo ao verificar-se a autodenominação que o narrador assume em alguns contos de Melo como pós-moderno. Não estaria ele sendo irônico ao próprio termo? Na narrativa do autor luandense, percebe-se que efeitos dos fracassos históricos persistem na atualidade, de modo que o seu reconhecimento, através do riso irônico e, por vezes, sarcástico, configura-se como uma crítica social que não fica inerte e debochada nela mesma, ao contrário, questiona os discursos dominantes, pois “muito falta ser feito em termos de raça e de classe. Muito por realizar no que concerne a práticas de atuação ou agência que integrem as três categorias de reflexão cultural [gênero, étnico-racial e classe], antes de poder transcendê-las”, conforme André Mitidieri (2008, p. 7), no texto “Comer a marreca e pagar o pato: narrativas angolanas de João Melo”.

Se questões de classe (diretamente relacionadas ao capitalismo) estão longe de ser superadas e não foram satisfatoriamente abordadas por teorias do giro linguístico (nos termos de Boaventura de Sousa Santos), então parece legítimo analisar os pontos de contato entre o trabalho de João Melo e abordagens teóricas que levem em consideração, por exemplo, o tempo histórico, sem subscrever o historicismo; ou que compreendam a interculturalidade sem condescender ao relativismo cultural, isto é, sem estar de acordo com o “vale-tudo”. Levando em conta a complexidade da realidade angolana – atravessada por diferentes temporalidades, e as identidades de sujeito que, nesse atravessamento, são forjadas – talvez as narrativas de João Melo o coloquem mesmo na fronteira entre o moderno e o pós-moderno, afirmando o “quase”.

Com o objetivo de verificar a validade dessa hipótese, primeiro, são esboçadas a emergência e a constituição das alterações paradigmáticas que caracterizam o pós-moderno, passando pela problematização do pós-colonial. Em seguida, na tentativa de entender o objeto de análise dos estudos pós-coloniais, abordam-se as principais questões e contribuições teóricas nesse campo de investigação. Na sequência, convoca-se Boaventura de Sousa Santos, com o texto “Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro” (2004), para esclarecer o que entende por pós-modernismo celebratório e pós-colonialismo dominante, e como articula a

² Nascido em Luanda, Angola, em 1955, João Melo estudou Direito em Coimbra, Portugal, e Luanda; licenciou-se em Comunicação Social e fez mestrado em Comunicação e Cultura no Rio de Janeiro. Membro fundador da União dos Escritores Angolanos (UEA).

sua concepção teórica em relação a ambos. Por fim, com base nos pressupostos teóricos arrolados, efetua-se a análise do conto “O pato revolucionário e o pato contra-revolucionário”, de João Melo (2006).

O pós-modernismo

Conforme Andreas Huyssen (1992), no ensaio “Mapeando o pós-moderno”, o livro *Learning from Las Vegas*, de Robert Venturi, Scott-Brown e Steven Izenour, nos anos 1960, pode ser considerado um dos documentos mais reveladores da ruptura do pós-modernismo com o dogma modernista. Seus autores se inspiraram “na ruptura da arte pop com os austeros cânones da pintura do alto modernismo e na apropriação acrítica do vernáculo comercial da cultura de consumo pela arte pop” (HUYSSSEN, 1992, p. 30), cuja retórica Huyssen considera absurda, mas reconhece o vigor empregado para reabrir questões - como ornamento e metáfora na arquitetura, figuração e realismo na pintura, história e representação no cinema, corpo na música e no teatro.

Na percepção do crítico literário norte-americano Fredric Jameson (1993), entre os sintomas e as manifestações do pós-modernismo deve figurar também o pós-estruturalismo, em cuja perspectiva há o desaparecimento do sujeito individual, ocasionando ainda a inviabilidade de um estilo pessoal – em oposição à estética modernista que estaria ligada à concepção de “um eu e de uma identidade privada únicos” (JAMESON, 1993, p. 29). Fredric Jameson (2006) sugere que o esmaecimento do sentido de história no pós-moderno é uma função da universalização do capitalismo no seu terceiro estágio, uma vez “que muitas das ilhas de diferença socioeconômicas sobreviventes até hoje têm sido destruídas (através da sua colonização ou da absorção da forma mercantil)” (JAMESON, 2006, p. 79), de modo que, nesse momento, vive-se “num presente perpétuo e numa perpétua mudança que oblitera o tipo de tradições que todas as formações sociais anteriores, de um modo ou de outro, tiveram que preservar” (JAMESON, 1993, p. 43).

Para David Harvey (1992) há quem, de um lado, entenda que os movimentos contraculturais dos anos 1960 fomentaram uma atmosfera de necessidades e desejos reprimidos atendidos pela produção cultural em forma de mercadoria. De outro, há aqueles que consideram que uma nova estética de oposição (e de suas sensibilidades individuais criadoras) às formas tradicionais da alta cultura foi consequência do desejo que o capitalismo se viu forçado a produzir para manter seus mercados. De qualquer modo, a evolução cultural que se afirmou como hegemônica, a partir dos anos 1970, “não ocorreu num vazio social, econômico ou político” (HARVEY, 1992, p. 65).

Para Andreas Huyssen, (1992, p. 79), entre os fenômenos constitutivos da cultura pós-moderna, há “uma crescente consciência de que outras culturas, não-europeias, não ocidentais, devem ser abordadas por meios que não os da conquista e da dominação”. Desse cenário político, social e cultural, conforme o teórico alemão, deveria emergir um pós-modernismo de resistência, considerando, também, que a dicotomia entre política e estética bem como a tendência esteticista no pós-estruturalismo devem ser abolidas. Ao que parece, ao falar de abordagem de culturas não ocidentais, por vias distintas da dominação, e em abolição da dicotomia entre política e estética, Huyssen aponta para questões tratadas pelos estudos pós-coloniais, para os quais este trabalho se volta a seguir.

O pós-colonialismo

Conforme a pesquisadora brasileira Luciana Ballestrin (2013), em “América Latina e o giro decolonial”, o termo “pós-colonialismo” pode ser pensado basicamente como referência a duas concepções. A primeira refere-se ao “tempo histórico posterior aos chamados processos de descolonização do chamado ‘terceiro mundo’, a partir da metade do século XX” (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Entretanto, nesse aspecto, a pesquisadora são-tomense Inocência Mata, em *Ficção e história na literatura angolana* (1993), esclarece que o pós-colonial não é uma questão simplesmente de posteridade temporal; tem a ver com uma sequência lógica e histórica, “denuncia a sua marca de dependência e um compromisso contraditório com o empreendimento que o precedeu [o colonial] e possibilitou e que, para combater, tem de digerir” (MATA, 1993, p. 36-37).

A segunda acepção do termo diz respeito “a um conjunto de contribuições teóricas oriundas dos estudos literários e culturais” (BALLESTRIN, 2013, p. 90), a partir dos anos 1980, nas universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos. Nesse sentido, um dos maiores expoentes foi o crítico literário palestino Edward Said, professor das Universidades de Harvard e Columbia, que, em *Orientalismo* (1978), utilizando a noção de discurso (e as relações entre saber e poder na modernidade) de Michel Foucault, tenta desconstruir o discurso colonial (a construção de um saber) produzido pelo Ocidente sobre o Oriente, para legitimar a autoridade (um poder) daquele sobre este.

Pode-se verificar também, conforme Ballestrin (2013, p. 90), uma associação do “pós-colonialismo com as condições de emergência oferecidas pelos estudos pós-estruturais,

desconstrutivistas e pós-modernos”, ao se analisar a influência de pensadores considerados pós-estruturalistas como Jacques Derrida, Louis Althusser e Jacques Lacan, no trabalho de autores do argumento pós-colonial³, como Gayatri Spivak e Homi Bhabha (ambos de origem indiana e inspirados por Said), de acordo com Ashcroft, Gareth Griffiths e Hellen Tiffin (2007), em *Post-Colonial Studies: Key Concepts*.

No texto “Pode o subalterno falar?”, Spivak (2010), fazendo uma crítica aos Estudos Subalternos⁴, questiona a reivindicação de Gramsci à autonomia dos grupos subalternos, por sua premissa essencialista (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007) e por ser “monolítica e indiferenciada”, conforme Sandra Almeida, no prefácio da edição brasileira (2010, p. 11). Para Spivak (2010, p. 57), o sujeito subalterno “é irreduzivelmente heterogêneo”, portanto, híbrido, de modo que a “tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar” (ALMEIDA, 2010, p. 14), e, por consequência, possa também ser ouvido, questão que será retomada na sequência, com Boaventura de Sousa Santos.

Borrando as fronteiras

No texto “Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro” (2004), Boaventura de Sousa Santos esclarece que, no início da década de 1990, pensando não apenas num paradigma epistemológico, mas também social e político, no conceito dominante (mas não homogêneo) de pós-modernidade que circulava tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (onde a modernidade atingira maior realização) havia a “recusa total da racionalidade e dos valores da modernidade ocidental e das grandes narrativas que os transformava em faróis de transformação social emancipadora” (SANTOS, 2004, p.4). A essa concepção, ele chama de pós-modernismo hegemônico ou celebratório, cujas características sintetiza assim:

crítica do universalismo e das grandes narrativas sobre a unilinearidade da história traduzidas em conceitos como progresso, desenvolvimento e modernização que funcionam como totalidades hierárquicas; renúncia a

³ Note-se, no entanto, que, antes mesmo da institucionalização do termo “pós-colonialismo”, Albert Memmi (tunisiano de origem judaica), Aimé Césaire (martinicano) e Franz Fanon (também martinicano, revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia) - respectivamente com os livros *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947), *Discurso sobre o colonialismo* (1950), e *Os condenados da terra* (1961) – foram “porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este não tinha voz”, conforme Ballestrin (2013, p. 92), portanto, precursores do argumento pós-colonial.

⁴ Movimento epistêmico, intelectual e político iniciado na década de 1970, no sul da Ásia, sob a liderança do indiano Ranajit Guha (BALLESTRIN, 2013).

projectos coletivos de transformação social, sendo a emancipação social considerada um mito sem consistência; celebração, por vezes, melancólica do fim da utopia, do cepticismo na política e da paródia na estética; concepção da crítica como desconstrução; relativismo ou sincretismo cultural; ênfase na fragmentação, nas margens ou na periferia, na heterogeneidade e na pluralidade [...]; epistemologia construtivista (SANTOS, 2004, p. 9).

Algumas das características do pós-modernismo celebratório, como a crítica ao universalismo e ao historicismo, são partilhadas pelo cientista social português na sua concepção de pós-modernismo de oposição. Entretanto, a crítica do universalismo e do historicismo encontradas na concepção pós-modernista dominante não são suficientes para suprimir o seu caráter etnocêntrico ocidental, porque, entre outros fatores, “a celebração da fragmentação, da pluralidade e da proliferação das periferias oculta” as relações desiguais e centrais “no capitalismo moderno, entre o Norte e o Sul” (SANTOS, 2004, p.11). Tais relações remetem de imediato à violência matricial (não incluída na autorrepresentação que a modernidade ocidental faz de si própria) imposta aos povos colonizados, o colonialismo.

A crítica do sociólogo lusitano à modernidade ocidental consistiria na reinvenção da emancipação social, mas surgem alguns problemas. Para se pensar essa crítica, dispõem-se apenas dos termos criados pela própria racionalidade ocidental (Norte) - “direitos humanos, secularismo, cidadania, Estado, sociedade civil, esfera pública, igualdade perante a lei, o indivíduo, a distinção entre o público e o privado, democracia, justiça social, racionalidade científica, soberania popular” (SANTOS, 2004, p. 35) -, por isso, diz que a “cultura e especificamente a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo” (SANTOS, 2004, p. 7). Desse problema, decorre o seguinte, parafraseando o sociólogo português: podem aqueles que só participaram da modernidade pela violência, exclusão e discriminação ser sujeitos dessa crítica? A questão aqui se refere à exterioridade das vítimas da modernidade ocidental - questão central ao pensamento pós-colonial, e também vislumbrada no pós-modernismo de oposição de Santos.

A exterioridade do oprimido só pode ser pensada a partir da relação de dominação, isto é, “a exterioridade do contrário [neste caso, da vítima] é gerada no interior da relação” (SANTOS, 2004, p. 20). A modernidade constitui-se pela tensão entre experiências e expectativas, ou entre o que o mundo é e o que poderia ser (as potencialidades embutidas na própria modernidade, mas que não são realizadas). Isso caracteriza a modernidade ocidental e também justifica que tenha sido concebida de maneiras tão diferentes. Sendo assim, “é difícil conceber uma alteridade ou exterioridade absoluta à modernidade ocidental” (SANTOS, 2004, p. 20). Assim, se a resistência

que se faz a ela lhe é exterior, está numa lógica relação de trânsito entre o exterior e o interior, o que leva à proposta do sociólogo português de um pós-moderno de oposição ser feito a partir das margens, em que se daria “a reconstrução da emancipação social a partir do Sul e em aprendizagem com o Sul” (SANTOS, 2004, p. 20). Logo, o seu argumento está mais em consonância com o pós-colonial do que o com o pós-moderno.

Boaventura de Sousa Santos, no entanto, questiona algumas versões dominantes do pós-colonialismo que privilegiam a colonialidade como fator explicativo das relações sociais, argumentando que, no passado, houve colonialismo como relação política, sem capitalismo. No entendimento do autor português, entretanto, a partir do século XV, capitalismo e colonialismo não podem ser pensados fora de uma relação de interdependência, apesar de não se confundirem. O pensador português considera que, mesmo que haja lutas vitoriosas contra a hegemonia cultural da modernidade ocidental, estas devem ser consideradas ilusórias se não causarem desconforto ao capitalismo global.

A quem de fato e de direito pertence o ovo?

Pretende-se, na análise do conto de João Melo referido, “O pato revolucionário e o pato contra-revolucionário”, com base nos conceitos abordados a respeito do pós-modernismo e do pós-colonialismo, discutir as pretensões do autor ao afirmar a natureza quase pós-moderna da narrativa inserida entre o período em que Angola lutava para se libertar da dominação portuguesa, nos anos 1960, e os anos 1990. A trama organiza-se em torno de uma charada aparentemente ingênua e debochada: o enigma a respeito de saber a quem pertenceria um ovo colocado por um pato na fronteira entre um país “socialista” e outro capitalista.

O narrador inicia a história tecendo comentários a respeito das “prodigiosas” operações de engenharia social realizada pelos angolanos: transformar o socialismo marxista-leninista e o capitalismo liberal em, respectivamente, afro-estalinismo e capitalismo selvagem. Na sequência, declara que essas “são designações ideológicas, sem qualquer serventia, com as quais a boa literatura pós-moderna não deve perder tempo” (MELO, 2006, p. 35), acrescentando também:

Naquela altura [os anos 1960], ninguém sabia o que eram as metanarrativas, até porque, em nome das duas grandes ideologias da época – o liberalismo e o marxismo -, os homens enfrentavam-se fisicamente nos campos de batalha e as mortíferas armas que utilizavam para tentar eliminar, no sentido mais

literal do termo, os adversários não eram, obviamente, meros jogos de linguagem. Entretanto, um desconhecido guerrilheiro angolano, que apenas hoje entra para a literatura mundial, antecipou Lyotard, conseguindo demonstrar, com uma charada aparentemente ingênua, como os discursos grandiloquentes podem ser desvirtuados e pervertidos pela prática, tornando-se simples simulacros da realidade. Não é espantoso? (MELO, 2006, p. 40).

Poder-se-ia acreditar que o narrador apenas expressa um desencanto frente aos metarrelatos que pretendiam explicar a condição histórica da humanidade em seus diversos aspectos (econômico, social, cultural), e que ofereciam alternativas de emancipação social. Nesse sentido, a narrativa de Melo estaria em conformidade com as configurações do pós-modernismo, entendido como decretos sobre “o fim da ideologia, da arte, ou das classes sociais; a ‘crise’ do leninismo, da social-democracia, ou do Estado do bem-estar etc.”, conforme Jameson (1997, p. 27). Logo, poder-se-ia acatar a declaração do narrador a respeito do que seria uma “boa literatura pós-moderna” – que, supostamente, o autor desse conto estaria produzindo – e, assim, acreditar que as suas assertivas sobre as operações angolanas de engenharia social (questões ideológicas) teriam sido mencionadas apenas *en passant*, para expressar a desilusão com os sistemas ideológicos mencionados.

Há razões, entretanto, para analisar mais de perto a aparentemente despreziosa observação do narrador. Se a boa literatura pós-moderna não deve perder o seu latim com grandes questões ideológicas, por que, então, mencioná-las? Pode-se inferir, ao contrário, pela análise do fragmento aqui sintetizado, que a discussão se centraliza em torno mesmo de temas como ideologia, alienação e luta de classes. Tome-se como pressuposto que esse objeto de análise seja mesmo literatura e, com os adjetivos (boa e pós-moderna, segundo o próprio narrador) que caracterizariam o texto produzido por João Melo, realize-se o seguinte raciocínio: se for mesmo literatura pós-moderna, ao focar exatamente questões ideológicas, não se poderia afirmar que seria boa; ou, se for boa literatura, não seria possível certificar a sua autenticidade pós-moderna. De qualquer modo, a preocupação em saber quais temas a literatura deveria tratar, se aspectos da vida cotidiana ou grandes problemas da humanidade, constitui-se como uma “falsa maka” (bate-boca), afirmação do próprio autor em outro conto.

Não se deve, contudo, imaginar que Melo esteja insinuando que “tudo é ideológico” ou que “tudo é político”, pois isso seria conveniente à ordem dominante (que o autor parece questionar), e assim minaria a força do termo ideologia. Se tudo é ideológico, do mesmo modo pode-se afirmar que nada é ideológico, o que estaria de acordo com o relativismo pós-moderno hegemônico.

Encontra-se, também, em “O pato revolucionário e o pato contra-revolucionário” a afirmação de que os angolanos “sempre foram pós-modernos *avant la lettre*” (MELO, 2006, p. 33), o que pareceria estar em consonância com a concepção pós-moderna celebratória da fragmentação, da pluralidade e que oculta as relações desiguais entre o Norte e o Sul. Entretanto, ao contrário da afirmação do autor, o que o seu conto evidencia (como se verá mais adiante nesta análise) são “as relações [desiguais] de poder entre centro e periferia que são constitutivas do capitalismo” (SANTOS, 2004, p. 12) e que as concepções pós-modernas hegemônicas tendem a ofuscar.

Pode-se afirmar, a respeito do conto sob investigação, que a crítica de João Melo dirige-se, em retrospecto, não às ideologias em questão, liberalismo ou marxismo, mas aos desvios e perversões que sofreram, sobretudo o marxismo. Depois do episódio acontecido no período da guerrilha nacionalista, a história sobre o aspirante a guerrilheiro Pedro Muanza Agostinho e o camarada professor revolucionário norte-coreano Chung Park Lee, tem um salto para os anos 1990⁵, com os mesmos personagens, mas em situações inopinadas em relação ao que até então havia sido narrado. O camarada Chung Park Lee, tão convicto de seus ideais comunistas, que qualificava os dirigentes da Coreia do Sul como “vendilhões totalmente enfeudados ao execrável e abominável imperialismo norte-americano” (MELO, 2006, p. 36) tornou-se alto executivo de uma companhia sul-coreana de produtos agropecuários, que o enviou a Angola para dirigir seus negócios naquele país.

Já Pedro Muanza Agostinho, depois de demonstrar coragem na guerrilha contra os colonialistas, tendo chegado ao posto de comandante, não conseguiu “tornar-se um dos neo-capitalistas do país”, pois faltou-lhe coragem para “meter a mão na massa estatal e tornar-se igualmente proprietário privado, como alguns antigos revolucionários” (MELO, 2006, p. 41).

Para os objetivos deste trabalho, torna-se esclarecedora a definição de ironia verbal, encontrada em *Ironia em perspectiva polifônica*, de Beth Brait (2008). Conforme os estudos dessa pesquisadora, entre as várias definições de ironia a partir de uma dimensão discursiva, encontra-se a que pressupõe três elementos: “um narrador [...] que enuncia uma mensagem de tal forma que ela tenha como centro a narração de um acontecimento que, por ser enunciado

⁵ Apenas para complementar o que se passou politicamente em Angola entre os períodos narrados, torna-se pertinente trazer um fragmento narrativo de Melo encontrado no conto “O canivete agora é branco”: “Agostinho Neto conseguiu proclamar a independência a 11 de novembro de 1975, as FAPLA e os cubanos expulsaram os zairenses e os sul-africanos, o MPLA adotou o marxismo-leninismo como ideologia do regime em fins de 1976 [...] o presidente dos EUA, Ronald Reagan, resolveu, em 1980, transformar a UNITA no seu principal instrumento para derrubar o MPLA [...] em 1989 registou-se a saída mútua de Angola das forças sul-africanas e cubanas, o MPLA abdicou do regime de partido único, abandonou o socialismo esquemático e instaurou o capitalismo selvagem” (MELO, 2006, p. 130-131).

dessa e não de outra maneira”, aparece como uma contradição, produzindo um efeito polissêmico; “um receptor [...] que no caso é o leitor a quem o narrador se dirige, estabelece uma cumplicidade [...] e um alvo dessa ironia” (BRAIT, 2008, p. 78-79), podendo haver uma coincidência parcial ou total entre esses elementos. Pode ser acrescida a essa definição a noção de que a ambiguidade irônica, para funcionar, é construída pelo narrador para ser desmascarada pelo receptor, caso contrário, o efeito irônico desaparece, ou seja, o narrador “ao mesmo tempo que simula, aponta para essa simulação” (BRAIT, 2008, p. 107).

Em alguns trechos da narrativa em análise, percebe-se essa configuração irônica com muita clareza. Uma situação evidente é a de que os antigos revolucionários, como Pedro Muanza Agostinho, recebiam lições a respeito da traição histórica dos dirigentes da Coreia do Sul, comparsas do imperialismo norte-americano, conforme os ensinamentos do camarada Lee (que também se tornou empresário), contudo, surpreendentemente, alguns antigos revolucionários angolanos aprenderam e praticaram exatamente aquilo que não se devia fazer: “meter[am] a mão na massa estatal e tornar[am]-se igualmente proprietário[s] privado[s]”, o que se configura como uma contradição explícita, que, dito assim, “sem jogos de linguagem”, não só aponta a ironia aí inscrita como indicia uma espécie de sarcasmo.

Torna-se pertinente, apenas para embasar o argumento aqui produzido, trazer uma reflexão do filósofo esloveno Slavoj Žižek (2010, p. 25) a respeito daquilo que chama de “movimento duplo da função simbólica”. O filósofo explica que a linguagem possui uma dimensão reflexiva em que uma declaração não apenas transmite algum conteúdo, mas, ao mesmo tempo, “*transmite o modo como o sujeito se relaciona com esse conteúdo*” (grifos do autor).

Como se nota, a crítica ao capitalismo selvagem aqui é bem objetiva: ser “neo-capitalista” está associado diretamente a “meter a mão na massa estatal” para “tornar-se proprietário privado”, pelo menos no contexto narrado. Porém, mais incisiva é a censura aos antigos revolucionários que teriam, ao contrário das expectativas acerca da militância marxista, mistificado a realidade para enriquecimento próprio. Até esse ponto, a análise concorre para o que Padilha (2002) observa a respeito da história angolana, após o processo de libertação. Nos anos 1980, com o sonho de justiça social, Angola viveu uma experiência “marxista” de governo, mas uma série de fatores (corrupção, divergências ideológicas, étnicas e raciais que resultavam em conflitos armados e guerras civis) convergiu para o desfazimento do sonho alimentado pelos antigos guerrilheiros do MPLA.

Ao criticar os usos e abusos ideológicos que a experiência evidenciou, não se pode afirmar que o escritor esteja apenas manifestando um sentimento de desilusão, pois, ao levantar

essas questões, contribui-se para ampliar a discussão sobre problemas que são atuais, sem a pretensão de querer resolvê-los, pois essa não seria, evidentemente, função da literatura. Dito de outro modo, por um lado, o artefato ficcional de João Melo, ao seu modo, dá indícios do que aconteceu no passado para, a partir daí, pensar o que se fazer no presente, o que parece ser um método de análise e intervenção bem moderno, pois traz a perspectiva de um vir-a-ser. Por outro lado, talvez aquela ingênua charada a respeito dos direitos de propriedade do ovo, tão disputado pelo camarada Chung Park Lee, esteja remetendo à submissão à propriedade privada e, assim, metaforicamente, signifique também a derrota do sujeito histórico revolucionário, que talvez nunca tenha existido.

Percebe-se, na crítica de Melo, um subtexto que questiona a prometida, mas sempre postergada, emancipação social. Como Boaventura Sousa Santos (2004, p. 5) esclarece “vivemos em sociedades a braços com problemas modernos [...] para os quais não dispomos de soluções modernas”. Daí a sua proposta de reinvenção da emancipação social, a partir das experiências dos grupos sociais que sofreram (vítimas do Sul é a metáfora que o teórico utiliza nesse caso) “com a redução das possibilidades emancipatórias da modernidade ocidental às tornadas possíveis pelo capitalismo moderno” (SANTOS, 2004, p.6). Tanto o liberalismo quanto o marxismo, tematizados no texto de Melo, apesar das suas diferenças significativas, “concebem o colonialismo no quadro historicista de um código temporal que coloca os povos coloniais na ‘sala de espera’ da história”, muito embora reconheça que “o horizonte pós-capitalista desenhado pelo marxismo seja também um horizonte pós-colonial” (SANTOS, 2004, p. 15).

Podem-se fundamentar questões identitárias nesse conto de João Melo dentro dessa linha de interpretação. Logo no início do texto, o narrador aponta características que seriam típicas dos angolanos: gostar de makas e de fazer farras, chegar tarde aos compromissos, abusar do humor e não levar nada a sério. Num primeiro momento, poder-se-ia pensar mesmo que esses seriam traços constitutivos dos angolanos, mas o narrador comenta também outra característica comum aos naturais de Angola: abandalhar as lições que “o mundo tem tentado, desde sempre, impor-lhes” (MELO, 2006, p. 33), afirmação que induz, de imediato, a supor que os atributos anteriores não são, de fato, inerentes aos angolanos. Talvez as tais características sejam, na realidade, instrumentos de defesa contra as regras alienígenas que lhes foram impostas. Permaneça-se um pouco mais com essa hipótese porque, em seguida, o narrador apresenta, na história contemporânea, exemplos para comprovar a suposta irresponsabilidade dos angolanos:

Levados aos milhões para as américas, como escravos, não se deixaram dizimar nem pela brutal exploração de que foram vítimas nem pelas desconhecidas doenças que tiveram de enfrentar. [...] Ensinarão aos seus próprios exploradores como se forjava o ferro, como se extraía da terra os diamantes ou o ouro ou como se plantava (e colhia) a cana-de-açúcar ou o café (MELO, 2006, p. 33).

Se a história apresentada pelo narrador for verdadeira (supõe-se que sim), as suas assertivas iniciais sobre a irresponsabilidade dos angolanos ou não correspondem à realidade ou, se existir alguma correspondência, poderiam perfeitamente ser entendidas, diante da exploração a que foram submetidos, como movimento de resistência ou subversão às regras dominantes. E, uma vez que os subalternos não são ouvidos, conforme Spivak, o que Melo, como intelectual, talvez pretenda fazer é propiciar um espaço para que essa voz ecoe.

Desse modo, pode-se entender que, ao levantar questões de identidade ou etnia, sem se fixar em padrões canonizados, torna-se possível, por um lado, uma leitura pós-moderna dos seus textos, pelo menos na superfície. Por outro, o artefato cultural do escritor angolano parece fazer parte das tendências da literatura pós-colonial angolana que promovem um descentramento estético e temático com relação à estética da libertação. Ao se observar, contudo, alguns problemas subjacentes às suas narrativas, relacionados, por exemplo, ao período de libertação de Angola, percebe-se que as questões suscitadas são também de natureza moderna.

Portanto, na medida em que a informação referencial sobre aspectos históricos, com desdobramentos problemáticos na atualidade, são convertidos em matéria intratextual, num movimento de presentificação e ocultação do colonial, é que se fala em “quase” pós-moderno. O procedimento de evocar tensões entre superfície e profundidade, provocando o riso sarcasticamente, poderia ser entendido também como uma maneira de articular questões atuais com os problemas da modernidade que ainda parecem longe de ser superados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra. Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 7-18.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *Post-Colonial Studies: the Key Concepts*. 2. ed. New York: Routledge, 2007.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Boitempo, 1997.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 15-80.

JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. Ann. *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 25-44.

_____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MATA, Inocência. *História e ficção na literatura angolana: o caso de Pepetela*. Lisboa: Colibri, 1993.

MELO, João. *O dia em que o Pato Donald pela primeira vez comeu a Margarida*. Lisboa: Caminho, 2006.

MITIDIARI, André. Comer a marreca e pagar o pato: narrativas angolanas de João Melo. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses*. n. 3, 1º sem., 2008. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nep/labirintos>>. Acesso: 27 nov. 2013.

PADILHA, Laura. Literaturas africanas e pós-modernismo: uma indagação. In: _____. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt>>. Acesso: 10 abr. 2014.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Recebido em 07/10/2015.

Aceito em 20/11/2015.